



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM

ATA da 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA, realizada em 04 de agosto de 2006.

1 Aos quatro dias do mês de agosto de 2006, às treze horas e trinta minutos, reuniu-se o
2 Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, no Auditório da FIEMG, em
3 Governador Valadares-MG, situado na Av. Brasil, nº 4000, Centro. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: Diretor da Fundação Estadual do Meio
5 Ambiente - FEAM – Presidente em exercício, José Flávio Mayrink, Afonso Luiz Bretas,
6 Isaques Luzia Neves, João Alves Filho, Laurisvaldo Mendes Trindade, Leonardo Castro
7 Maia, Marco Antônio Astolfi Diniz Rodrigues, Odúlio José Marensi de Moura, Riler
8 Tadim dos Santos, Tiago Teixeira Dornas, Waleska Bretas Armond Mendes, Cláudia
9 Diniz, Gustavo de Paula de Souza e Almir de Souza Muniz. A reunião foi iniciada pelo
10 **Diretor da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM – Presidente em**
11 **exercício, José Flávio Mayrink**, cumprimentou a todos os presentes, solicitando que o
12 mesmos fossem breves em suas colocações, visto que a reunião está marcada para
13 encerrar às 18:00 horas. Informou que o Estado de Minas Gerais assinou um convênio
14 com a PUC do Rio de Janeiro, sendo que o objetivo é fazer uma prospecção de uma
15 matriz energética; comentou a respeito da palestra a ser ministrada na reunião com o
16 tema: Zoneamento ecológico em Minas Gerais, solicitando a todos atenção sobre esse
17 tema que é um dos maiores avanços na gestão ambiental do Estado. **3 - Comunicado**
18 **dos conselheiros. Comunicado dos Conselheiros. Tiago Teixeira Dornas – Instituto**
19 **Mineiro de Agropecuária (IMA)**, informou aos conselheiros que a duplicação da BR
20 381 não foi licenciada por não se enquadrar na diretriz da DN 7404, o que lhe causou
21 espanto, já que são mais de 10km de duplicação, sendo que este espaço não deveria ter
22 sido dividido, o que ensejou a não aderência a DN 7404, pois trata-se de uma só obra, e se
23 assim tivesse sido considerada, com certeza teria sido obrigatoriamente incluída no
24 processo de licenciamento. Solicitou que fosse convidado um técnico para comparecer
25 na próxima reunião e explicar detalhadamente a fundamentação pela qual a BR 381 foi
26 dispensada de submeter-se ao licenciamento ambiental e quais as medidas podem ser
27 adotadas pelos conselheiros do COPAM Leste Mineiro visando reverter esta situação e
28 obrigar aos empreendedores responsáveis pela duplicação da BR 381 a regularizá-la de
29 acordo com a DN74 e respectivamente ao licenciamento ambiental. **Afonso Luiz**
30 **Bretas – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais**
31 **(FAEMG)**, dirigiu ofício ao presidente da URC COPAM Leste Mineiro no qual consta
32 a seguinte solicitação: “vimos por meio desta, solicitar a instalação de um balcão de
33 atendimento ao cliente avançado na Sede deste Sindicato Rural, para melhor atender aos
34 produtores rurais desta cidade e de toda a região, atenciosamente Roberto César de
35 Almeida, Presidente do Sindicato Rural de Governador Valadares”. **Marco Antônio**
36 **Astolfi Diniz Rodrigues – FIEMG**, disse que o balcão de atendimento instalado na
37 FIEMG só tem autorização para atender novos empreendimentos, o que tem gerado
38 insatisfação por parte dos industriais, já que em sua maioria já estão com processo de
39 licenciamento em andamento. Solicitou que fosse ampliado o acesso do balcão de
40 atendimento instalado na FIEMG para também poder atender aos processos em
41 andamento através de consulta ampla ao link SIAM. **Alexandre Magrineli dos Reis –**
42 **Coordenador (NARC/Leste Mineiro)**, informou aos conselheiros que já foi instalada



43 em Governador Valadares a Comissão Institucional de Educação Ambiental – CIEA e
44 que a Dra. Idarci estará apresentando as peculiaridades desse projeto na próxima
45 reunião. Avisou aos conselheiros que o material relativo às reuniões, a partir deste mês,
46 estará disponível na página da SEMAD. **Simone Ribeiro Rola – Superintendente e**
47 **Apoio Técnico da Secretaria de Meio Ambiente**, cumprimentou a todos e agradeceu a
48 oportunidade de estar trazendo a público um dos projetos mais audaciosos do Estado de
49 Minas Gerais. Disse que o zoneamento ecológico econômico é uma ação que faz parte
50 do projeto “Gestão Ambiental em Minas Gerais no Século XXI”, sendo que através do
51 convênio firmado entre o Estado de Minas Gerais e a Universidade Federal de Lavras
52 foi capaz a realização do zoneamento de quatro regiões mineiras, o que será mais bem
53 explicado pelos palestrantes convidados. **4. Palestra sobre Zoneamento Ecológico-**
54 **Econômico do Estado de Minas Gerais – ZEE-MG. Apresentação:**
55 **SEMAD/Universidade Federal de Lavras – UFLA. José Roberto Escrolfo - Pro**
56 **Reitor de Pesquisas da Universidade Federal de Lavras**, cumprimentou a todos os
57 presentes, apresentou sua equipe e disse que o projeto de zoneamento ecológico e
58 econômico tem o apoio e a participação dos seguintes órgãos e instituições: Secretaria
59 do Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais, Instituto
60 Estadual de Florestas, Instituto Mineiro de Águas, Fundação Estadual do Meio
61 Ambiente, Universidade Federal de Lavras, Fundação da Universidade Federal de
62 Lavras, Fundação João Pinheiro e da empresa Del Rey Engenharia. Explicou que o
63 objetivo de se fazer um zoneamento ecológico econômico no Estado é detectar as áreas
64 estratégicas para o desenvolvimento sustentável, podendo com isso orientar o governo e
65 a sociedade civil quanto aos seus investimentos, respeitando naturalmente cada
66 peculiaridade regional. Além disso, com esse zoneamento, o Governo Estadual poderá
67 se direcionar melhor na aplicação de suas políticas ambientais e sociais, já que terá o
68 diagnóstico da realidade ambiental zoneada. Explicou que as regiões de abrangências do
69 projeto são as áreas de circunscrição dos COPAM’S Leste Mineiro, Sul de Minas,
70 Triângulo Mineiro e Zona da Mata, sendo que após conclusão dessas áreas irá passar
71 para outras regiões do Estado. Disse que as ações técnicas desse projeto englobam o
72 diagnóstico do meio físico, meio biótico, o meio social, econômico, jurídico e
73 institucional. Argumentou que através deste projeto o Estado de Minas e a sociedade
74 terá um retrato ambiental e econômico das regiões zoneadas, será emitida a carta de
75 vulnerabilidade natural, a carta de potencialidade social, a carta de risco ambiental,
76 todas essas cartas servirão para identificar as áreas prioritárias para recuperação, as
77 áreas com estado avançado de degradação, as áreas conservadas, sendo este diagnóstico
78 um ponto estratégico para gestão governamental do Estado de Minas Gerais. João José -
79 Professor Universidade Federal de Lavras, disse que o objetivo final do projeto é
80 alcançar o desenvolvimento sustentável através do equilíbrio entre o desenvolvimento
81 econômico e o meio ambiente. Conceituou desenvolvimento sustentável, como: “*aquele*
82 *capaz de garantir as necessidades das gerações atuais sem comprometer as das*
83 *futuras*”. Explicou que no Brasil a ocupação dos terrenos se deu pelo modelo
84 exploratório, ou seja, a pessoa chega ao local, tira do terreno tudo o que ele oferece, e
85 depois vai embora, sem recompor os benefícios naturais usufruídos. A proposta do
86 zoneamento ambiental, além de identificar as peculiaridades naturais de cada região
87 zoneada, irá implantar o modelo do desenvolvimento sustentável, no qual o uso e
88 manejo do solo deverá atender ao crescimento econômico, sem desprezar a preservação
89 ambiental. Expôs, que também é necessário entender o que significa vulnerabilidade



90 natural, sendo esta “a incapacidade do meio ambiente de resistir ou recuperar-se de
91 impactos negativos antrópicos”. Diante de um meio ambiente vulnerável, devido ao
92 risco gerado pela ação humana, entra o zoneamento como forma de adequar a vontade e
93 avanço humano frente a necessidade de preservar o meio ambiente, como forma até
94 mesmo de preservar a vida humana na terra. Conceituou zoneamento, como: “o
95 zoneamento, ele é a avaliação do território em função do potencial de êxito ou fracasso
96 de atividades humanas”. Através de slites o palestrante expôs a situação dos solos
97 avaliados através do zoneamento ecológico econômico, expondo aspectos como erosão
98 e geologia dos solos, com ênfase a região do Leste Mineiro, por se tratar da URC
99 COPAM Leste Mineiro. Disse que o zoneamento quando analisou o quesito mineração,
100 a enquadrou como uma atividade de potencialidade social, já que tem a capacidade de
101 gerar riqueza para os municípios onde está localizada. Quanto aos recursos hídricos
102 explicou que foram utilizados vários mapas hidrológicos e geológicos para detectar a
103 quantidade de água disponível na superfície e no subterrâneo, sendo que a avaliação
104 indica não só a quantidade de água disponível, mas a quantidade a ser restituída ao meio
105 ambiente após o uso humano, garantindo com isso a preservação da quantidade de água
106 para as gerações futuras. João Alves Filho – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e
107 Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, questionou ao professor sobre a aferição da
108 água necessária para substituir a água subterrânea retirada do solo. João José -
109 Professor Universidade Federal de Lavras, respondeu ao conselheiro dizendo que a
110 avaliação foi feita com base na quantidade de água que o solo é capaz de absorver,
111 tendo como parâmetro à água retirada e recebida no período de 12 meses consecutivos.
112 **Luiz Gonzaga - Professor Universidade Federal de Lavras**, iniciou dizendo que sua
113 parte no zoneamento é o clima, e este foi analisado com base nos dados do Instituto
114 Nacional de Meteorologia. Disse que no Estado de Minas Gerais há 32 estações
115 climatológicas, trabalhando na captação e análise das características climáticas da
116 região. Explicou que o objetivo do zoneamento climático é apontar a característica
117 climática de cada área analisada, ou seja, qual região é mais propícia ao clima seco,
118 chuvoso, úmido, etc. **Professor Júlio - Professor Universidade Federal de Lavras**,
119 disse que a questão da flora foi analisada sob o ângulo de três bases: distribuição,
120 orientação nativa e cobertura do solo, sendo levado em consideração também outras
121 variáveis, como: hidrogenidade da vegetação, grau de conservação, estado de
122 conservação, relevância do eco-sistema florestal, perfazendo as florestas estacionais,
123 florestas enbloforas, etc. Disse que também foi analisada e catalogada as espécies
124 endêmicas, a presença de espécies ameaçadas, a vulnerabilidade da flora de cada região
125 frente as variáveis ameaçadoras. Através dos slites evidenciou a flora prevalente em
126 cada área zoneada, expondo a relevância da flora dentro da biodiversidade ambiental
127 mineira. Falou sobre os programas governamentais para preservação, dentre outras, da
128 mata atlântica, caatinga e cerrado. Ressaltou que “a qualidade ambiental está ligada com
129 o grau de cobertura da vegetação, com o que sobrou, então é difícil perder alguma coisa
130 no futuro quando que já foi perdido, e pra vocês terem idéia, aqui ta o Rio Doce,
131 qualquer pequena intervenção no Rio Doce, é, o Parque do Rio Doce, desculpe, Parque
132 Estadual do Rio Doce, qualquer pequena intervenção no Rio Doce, uma estrada por
133 menor que seja vai gerar o quê? Uma possibilidade altíssima de perda do que sobrou
134 aqui na região de biodiversidade, relevância, grau de conservação e coisas assim,
135 infelizmente é um panorama que se estabeleceu que pelo uso histórico foi dado a
136 região”. Quanto a fauna disse que foi difícil realizar o zoneamento, pois não havia base



137 de dados suficiente para análise, na verdade, o que havia no Estado de Minas Gerais,
138 eram publicações esparsas, trabalhos de alguns pesquisadores e informações
139 desconstruídas, que sozinhas não davam parâmetro para averiguar realmente a condição
140 que se encontrava a fauna mineira. Explicou que com base nos dados já existentes e
141 discussões entre especialistas da área, foi publicado um estudo intitulado como:
142 “Biodiversidade Em Minas Gerais Um Ato Para Conservação”, através desse estudo,
143 chegaram a conclusão das áreas prioritárias para conservação de cada grupo faunístico
144 existente em Minas, foram analisados o habitat natural em contraponto com cada
145 espécie regional, a riqueza ambiental da área e suas deficiências. Disse que também foi
146 considerada as informações publicadas no Atlas dos mamíferos para criação de um
147 mapa regional onde traz todas as peculiaridades da fauna de cada região zoneada.
148 **Professor Elias - Professor Universidade Federal de Lavras**, iniciou dizendo que o
149 objetivo primordial desse projeto é promover o desenvolvimento sustentável em Minas
150 Gerais. Disse que a avaliação econômica que o zoneamento busca é a identificação da
151 potencialidade do município de desenvolver negócios geradores de renda sem prejudicar
152 o meio ambiente. A carta de potencialidade que será emitida pela análise dará maior
153 segurança aos investidores, ao governo estadual e a comunidade em geral, já que através
154 desta carta as regiões serão enquadradas em escalas de pontos que corresponderão ao
155 nível de potencialidade que as mesmas tem de receber novos investimentos e promovê-
156 los com desenvolvimento sustentável. **Professor João Batista - Professor**
157 **Universidade Federal de Lavras**, citou algumas das fontes que foram utilizadas como
158 base de dados para o zoneamento ecológico econômico, destacando: o Índice Mineiro
159 Responsabilidade Social, elaborado pela Fundação João Pinheiro, o Atlas de
160 Desenvolvimento Humano, dados do Tribunal de Contas do Estado, Prefeituras, IBGE,
161 Secretaria de Estado da Fazenda, Departamento de Administração e Economia da
162 Universidade Federal de Lavras e o Departamento de Estatística da Fundação João
163 Pinheiro. Disse que os estudos abrangem o período de 1995 até 2005, sendo que os
164 processos produtivos foram avaliados sob 05 classes, nomeadas como: classe “a”, “b”,
165 “c”, “d”, “e”, as quais indicam o nível de produtividade alcançado por cada região
166 zoneada. Disse que sua parte foi à análise do potencial social de cada região, explicou
167 que com relação à renda per capita, o zoneamento analisou o número de habitantes por
168 região frente a renda familiar. Com relação à educação disse que foi considerado dois
169 conceitos: “*analfabetismo fundamental, é aquele elemento, aquela pessoa que tem até o*
170 *4º ano, 4 anos de estudo, o adulto tem até 4 anos de estudo e ainda tem dificuldade de*
171 *ler e compreender, e até mesmo de redigir um bilhete; mas acrescentamos um novo*
172 *dado analfabetismo fundamental, que é aquele elemento, aquela pessoa que tem mais*
173 *de 23 anos de idade e até 8 anos de estudo, então isso a gente percebe que há uma*
174 *carência, há um problema sério não apenas no funcional.”* Falou que na área de
175 habitação para se chegar ao déficit houve a necessidade de fazer uma média das regiões
176 metropolitanas do Estado, já que os municípios não tinham base de dados para análise.
177 Disse que na área da saúde foi analisado o Índice Mineiro de Responsabilidade Social
178 que é a taxa bruta de mortalidade, sendo que quando esta taxa aumenta indica que o
179 nível de saúde regional caiu. A segurança pública foi analisada através do índice de
180 crimes violentos cometidos anualmente nas regiões zoneadas. Explicou que o critério
181 “desenvolvimento humano” foi medido através do índice de Desenvolvimento Humano,
182 onde noticia a cidade de Poços de Caldas com maior índice de Desenvolvimento
183 Humano, já a cidade de Setubinha, localizada no Vale do Jequitinhonha. Ressaltou que



184 ao analisar o desenvolvimento social em pequenos municípios chegou a conclusão que
185 grande parte da renda familiar provém dos benefícios previdenciários e de programas
186 sociais como o bolsa família. Informou aos conselheiros que no site da Fundação João
187 Pinheiro foi publicado o número de policiais, juizes, promotores e cartórios, por
188 habitante, podendo ser consultado por qualquer cidadão. Expôs alguns dos índices
189 pesquisados com relação as cidades de Teófilo Otoni, Ataléia e Ipatinga. **Professor**
190 **Elias - Professor Universidade Federal de Lavras**, conceituou zoneamento ecológico
191 econômico como: “ a potencialidade social mais a vulnerabilidade natural.” Evidenciou
192 através da apresentação de slites quais as regiões analisadas se enquadram no critério
193 baixa, média e alta potencialidade social e ressaltou aos presentes, que a populações das
194 regiões com baixa potencialidade social deveriam exigir das autoridades políticas
195 maiores investimentos para estas áreas. Classificou as zonas de desenvolvimento em
196 três zonas distintas, sendo zona 01 (um) as regiões de alto desenvolvimento sustentável,
197 as zonas 02 (dois) são as de médio desenvolvimento e as zonas 03 (três) são as áreas de
198 baixo desenvolvimento sustentável. **Professor João Batista - Professor Universidade**
199 **Federal de Lavras** – fechou a apresentação agradecendo a todos os conselheiros e
200 demais pessoas presentes e ainda, ressaltou que os temas apresentados comportam
201 discussão e críticas, estando toda equipe preparada para tirar dúvidas, responder a
202 questionamentos e aceitar a opinião de todos os presentes. **Leonardo Castro Maia –**
203 **Procuradoria Geral de Justiça – PGJ**, perguntou ao palestrante, Sr. João Batista, se
204 haveria condição de se fazer uma análise comparativa de dados para se identificar quais
205 as zonas têm mais chance de comportar uma regeneração natural com êxito? ⇒
206 Respondeu dizendo que através dos dados já colhidos no zoneamento é viável fazer um
207 mapa onde haja a identificação gradativa dos padrões de regeneração, por região. **Denis**
208 **Lote - Analista Meio Ambiente – Vale do Rio Doce**, fez duas perguntas. Se existe
209 algum instrumento normativo capaz de obrigar o Estado a utilizar o zoneamento
210 ecológico econômico? E, se há alguma deliberação ou até lei em tramitação na
211 Assembléia Legislativa de Minas Gerais tratando da utilização do zoneamento, ou se
212 sua real implantação depende apenas de vontade política estadual? ⇒ Explicou que o
213 zoneamento ecológico econômico é um projeto da Secretaria de Meio Ambiente do
214 Estado, com apoio integral do secretário José Carlos, sendo que o que se pretende é que
215 os COPAM's regionais tornem válida esta proposta e remetem ao plenário, donde
216 poderá ganhar caráter de Deliberação Normativa. Complementou dizendo que já foi
217 feito até previsão de custo para que no próximo ano seja realizado o zoneamento nas
218 demais regiões mineiras, sendo de interesse do próprio governador do Estado, a
219 realização deste projeto; tanto é verdade, que já houve apresentação semelhante a esta,
220 na Câmara Legislativa Estadual, com aprovação da maioria da casa legislativa. Citou
221 como exemplo o Estado de Rondônia onde o zoneamento foi convertido em lei, o que
222 deve ser seguido também pelo Estado de Minas Gerais. ⇒ Informou que no mês de
223 setembro será publicado um Atlas, com as informações colhidas através do zoneamento.
224 **Waleska Bretas Armond Mendes – Universidade do Vale do Rio Doce**
225 **(UNIVALE)**, questionou como pode ser diminuído o impacto natural do excesso de
226 PCH na calha do Rio Doce? **João José - Professor Universidade Federal de Lavras**,
227 explicou que o zoneamento não contemplou a pesquisa desse assunto, justificando que
228 nem sempre é possível tratar de todos os assuntos relacionados ao meio ambiente dentro
229 do zoneamento, sugerindo que talvez fosse melhor criar um Atlas para melhor expor



230 essas peculiaridades. Afonso Luiz Bretas – Federação da Agricultura e Pecuária do
231 Estado de Minas Gerais (FAEMG), parabenizou o trabalho de toda equipe e solicitou
232 que esse trabalho fosse exposto também aos políticos, tanto do Estado, quanto dos
233 Municípios, para que os mesmos pudessem tomar conhecimento e se comprometerem
234 com esta causa, já que são eles que governam essas regiões zoneadas. ⇒ Disse que já
235 foi feita apresentação na Assembléia de Minas, em instituições privadas e públicas,
236 sendo que acredita que em pouco tempo esse estudo se tornará uma Deliberação
237 Normativa. **5. Processo Administrativo para Exame de Auto de Infração: 5.1 –**
238 **Indústria e Comércio de Colchões Vale do Aço Ltda – Fabricação de artigos de**
239 **colchoaria – Caratinga/MG – PA/COPAM Nº 458/2000/004/2004 – Auto de**
240 **Infração Nº 027/2004 – Apresentação: NARC/LESTE MINEIRO. Visitas:**
241 **Conselheiro Marco Antônio Astolfi Diniz Rodrigues / FIEMG. José Flávio**
242 **Mayrink - Diretor da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM – Presidente**
243 **em exercício - Sugeriu que o julgamento desse processo fosse analisado na próxima**
244 **reunião, já que o mesmo foi baixado em diligência. Houve concordância de todos os**
245 **conselheiros, assim o processo será analisado na próxima reunião. Alexandre**
246 **Magrineli dos Reis – Coordenador (NARC/Leste Mineiro), explicou aos**
247 **conselheiros que o projeto de zoneamento ecológico econômico que foi apresentado na**
248 **reunião deverá ser validado pelos conselheiros como forma de encaminhá-lo a CPA.**
249 **Assim, colocou em votação o projeto de zoneamento ecológico econômico devendo**
250 **manifestar aquele conselheiro que for contra a validação do projeto. Validado, por**
251 **unanimidade. 6. Processo Administrativo para Exame de Licença de Operação**
252 **Corretiva: 6.1 – Irmãos Tomaz Ltda – Comércio varejista de combustíveis e**
253 **lubrificantes – exc. Gás liquefeito de petróleo – Coronel Fabriciano/MG –**
254 **PA/COPAM Nº 03513/2001/001/2001 – Apresentação: FEAM/NARC LESTE**
255 **MINEIRO. José Flávio Mayrink - Diretor da Fundação Estadual do Meio**
256 **Ambiente - FEAM – Presidente em exercício - Expôs aos conselheiros que este**
257 **processo tem parecer favorável, assim, sugeriu que fosse voltado ad referendum para na**
258 **próxima reunião ser referendado. Sugestão acatada por todos os conselheiros. 7.**
259 **Assuntos Gerais. Não houve manifestação. 8. Encerramento. José Flávio Mayrink -**
260 **Diretor da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM – Presidente em**
261 **exercício - informou que a próxima reunião será dia 1º (primeiro) de setembro, na**
262 **cidade de Sabinópolis. Nada mais havendo, agradeceu a presença de todos e declarou**
263 **encerrada a reunião ordinária do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada aos**
264 **quatro dias de agosto de dois mil e seis, da qual foi lavrada a presente ata.**

Afonso Luiz Bretas _____
Isaques Luzia Neves _____
João Alves Filho _____
Laurisvaldo Mendes Trindade _____
Leonardo Castro Maia _____
Marco Antônio Astolfi Diniz Rodrigues _____
Odúlio José Marensi de Moura _____
Riler Tadim dos Santos _____
Tiago Teixeira Dornas _____
Waleska Bretas Armond Mendes _____



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Secretaria Executiva do COPAM

Cláudia Diniz _____

Gustavo de Paula de Souza _____

Almir de Souza Muniz _____

⇒ **fala não identificada.**